

**COORDENADORES**  
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS  
MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS

# **REVISTA IBERO-AMERICANA DE DIREITO PÚBLICO**



2005

# OS PRECATÓRIOS E O MITO DE SÍSIFO

*Sidnei Agostinho Beneti*

*Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Presidente da UIM - União Internacional de Magistrados, Doutor em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP, Professor Titular da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Membro do Instituto Brasileiro, do Instituto Ibero-Americano e da Associação Internacional de Direito Processual, Sócio Colaborador do Instituto dos Advogados de São Paulo, Conselheiro Coordenador de Assuntos Internacionais da Escola Paulista da Magistratura, Ex-Diretor Presidente da Escola Nacional da Magistratura-AMB, Ex-Integrante das Comissões de Reforma do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal do Ministério da Justiça e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (Comissões presididas por Sálvio de Figueiredo Teixeira e Ada Pellegrini Grinover).*

À Ministra Ellen Gracie Northfleet, com admiração e amizade,

«E ele disse: «Uma outra vitória como esta e estamos perdidos» (Joyce, «Ulisses». Trad. Antonio Houaiss. São Paulo, 1980, p. 33).

---

**SUMÁRIO:** 1. Informação internacional. 2. Congruência sistemática na divisão dos Poderes. 3. Visão antagônica de jurisdição e administração. 4. Involução legislativa e demora da execução. 5. Legislação de retardamento processual. 6. Requisitórios automaticamente reajustáveis. 7. Código de Processo Civil de 1973. 8. Constituição de 1988. 9. Nova citação da Fazenda Pública. 10. Supressão da liquidação por cálculo do contador. 11. Embargos à execução. 12. Precatórios alimentares e de pequeno valor. 13. Repercussão recíproca entre verbas. 14. Liberdade de imposição da demora incidental. 15. Reflexo judiciário de alterações futuras. 16.- O “Mito de Sísifo”.

---

**1. Informação internacional.-** Em recente reunião com juízes integrantes da 4ª Comissão de Estudos da União Internacional de Magistrados, que se reúnem anualmente para estudo de temas de Direito Público,<sup>1</sup> perguntei qual o procedimento em seus países para a execução das condenações judiciais para pagamento pela Fazenda Pública. Perplexos, juízes alemães, norte-americanos, canadenses, ingleses e ibéricos nem mesmo entendiam a pergunta, pois a questão simplesmente não lhes integrava as preocupações profissionais. Tive de explicar melhor: “— Se o Governo é condenado a pagar, por exemplo, devido a desapropriação, ou a servidores cujos vencimentos venha pagando a menor, ou no caso de indenização por dano decorrente de acidente de veículo, como executar a sentença judicial?” Explicaram-me que a hipótese era desconhecida, pois, se a Administração era condenada a pagar, ao tomar conhecimento da sentença simplesmente pagava. Insisti: “— Pois bem, imaginemos a hipótese, por absurdo, de que o Governo não pague; o que ocorre?”. Nesse caso, responderam, a mídia interviria, haveria movimentos da opinião pública, o Governo cairia no descrédito, o governante teria de renunciar e seria banido da vida pública...

Ninguém imaginou que o credor e o Judiciário tivessem de se digladiar com a Administração, para obter o pagamento. E, sobretudo, não ocorreu a ninguém aquele instrumento de horrível nome e pior efeito, o “precatório”, previsto, entre nós, no art. 100 da Constituição Federal de 1988<sup>2</sup> e no art. 730, I,<sup>3</sup> do Código de Processo Civil.

**2. Congruência sistemática na divisão dos Poderes.-** O cumprimento voluntário das condenações judiciais da Fazenda Pública devia sempre seguir-se à sentença, pois, afinal de contas, a atividade jurisdicional do Estado, por intermédio do organismo estatal que é o Poder Judiciário, é uma atividade substitutiva da atividade das partes, quando estas não chegam à adequada solução de seus conflitos de interesse, ainda que uma das partes seja o próprio Estado, por meio de outro de seus organismos, a Administração.

A característica substitutiva da vontade das partes pela atividade estatal, via Judiciário, não se altera, na higidez da doutrina da separação dos Poderes, no caso de uma das partes, a vencida, ser o próprio Estado, em outra função, quando, como parte, não soluciona diretamente a lide em que se envolve, com a parte contrária. O Judiciário, que, repita-se, é o próprio Estado, soluciona a lide com o julgamento, isto é, o próprio Estado, por intermédio do Judiciário, promove, definitivamente, o extermínio da lide em que se envolve, ou seja, aniquila aquele “germe da desagregação social”, de que falava Carnellutti. Em suma: se o Estado, pela voz do Judiciário, manda pagar, só resta, na consequencialidade da norma Constitucional do Estado de Direito, ao próprio Estado, via Administração, pagar.

**3.- Visão antagônica de jurisdição e administração.-** Não é isso, contudo, o que ocorre na prática do comportamento administrativo em todos os entes da Federação e suas entidades paraestatais.

O não-pagamento divide o Estado, pondo de um lado a Administração inadimplente e, de outro, o Judiciário, a exigir-lhe o pagamento, como se se tratasse de uma querela entre particulares recalcitrantes. Vem a execução e, nela, o sistema jurídico outorga a todos os entes estatais e paraestatais devedores o direito de, *ad nutum*, pela só interposição de recursos sem dispêndio, sem caucionamento e sem nenhuma sanção, procrastinar longamente o pagamento, por intermédio da resistência ferrenha no processo de conhecimento, fazendo o processo subir a montanha recursal até os Tribunais Superiores da Federação, para o reconhecimento do que, tantas vezes já se patenteava evidente, mesmo aos representantes dos órgãos estatais e paraestatais, ao primeiro enunciado da pretensão administrativa, e tornado muito claro à simples leitura da petição inicial do processo judicial.

---

2 CF, art. 100 – “À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim”.

3 CPC, art. 730 – “Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras: I. o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente”.

E, vencido no julgamento do processo de conhecimento, muitas vezes depois de subir até o Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, recalcitram, o Estado e suas entidades paraestatais no cumprimento da decisão do processo de conhecimento, exigindo o início de novo processo, o de execução, em que tudo recomeça com os inclusive incontáveis recursos, subindo novamente aos Tribunais Superiores da Federação e não raro dando início a outro processo, o de pedido de intervenção estadual ou federal, que pode, novamente, chegar ao Tribunal Supremo.

O resultado do sistema é frustrante e desanimador: a longa luta pelo direito, afinal reconhecido com trânsito em julgado, termina com o perecimento do direito na inexecução, atribuída esta ao Poder Judiciário, que passa longos anos a consumir energias com processo verdadeiramente fadado a terminar muito tempo após o tempo de vida do titular do Direito violado.<sup>4</sup>

**4. Involução legislativa e demora da execução.** A legislação referente ao processo de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública ostenta, entre nós, clara característica de progressiva marcha no sentido do incentivo à procrastinação processual, ainda quando, muitas vezes, disfarçado esse sentido em falsos instrumentos de aceleração de alguns pagamentos, mesmo em alguns casos, que, em certos aspectos, apresentam pontos positivos, como os de créditos relativos aos chamados precatórios de pequeno valor (CF/88, art. 100, §3º, acrescentado pela EC nº 30/00, de 13.9.2000<sup>5</sup>), os quais começam a desencadear o desmembramento de execuções em litisconsórcio facultativo, pulverizando e complicando as execuções.

Leis de ordem pública, na atualidade, obrigam à demora processual na execução contra a Fazenda Pública. Nesse ponto é oportuno consignar o absoluto sem sentido da frase tantas vezes repetida de que “as leis são boas, só faltando aplicá-las”: aqui, como em tantas outras situações, ao contrário, muitas leis são, em verdade, péssimas e o resultado procrastinatório péssimo é apenas consequência da opção consciente da legislação pela forma procrastinatória.

**5. Legislação de retardamento processual.**— Pode-se detectar, claramente, nos tempos recentes, a marcha procrastinante.

As condenações executavam-se mediante pagamento por intermédio do que à época simplesmente se denominava na prática, ‘ofício requisitório’,<sup>6</sup> embora se soubesse de sua natureza constitucional de precatório, termo que, contudo, não freqüentava a vida processual, mas se reservava às normas orçamentárias de regência da Administração.

4 A parte lesada evidentemente não poderá jamais aceitar nenhuma justificativa da demora, de maneira que inevitável o imenso desgaste da própria efetividade da Justiça.

5 CF, art. 100, § 3º — o disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

6 A expressão “ofício requisitório” ajustava-se aos termos do art. 918, § 1º, do Cód. de Proc. Civil de 1939: “Os pagamentos devidos, em virtude de sentença pela Fazenda Pública, far-se-ão na ordem em que forem apresentadas as requisições e à conta dos créditos respectivos vedada a designação de casos ou pessoas nas verbas orçamentárias ou créditos destinados àquele fim. As verbas orçamentárias e os créditos votados para os pagamentos devidos, em virtude de sentença, pela Fazenda Pública, serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias ao cofre dos depósitos públicos”.

A condenação do então INPS e FUNRURAL ao Pagamento de Indenizações Acidentárias do Trabalho dava-se mediante simples intimação do Instituto devedor, por mandado ou por intermédio do seu procurador, para depositar diretamente nos autos, o que era feito quase que de imediato, apenas demorando o necessário ao processamento administrativo de liberação do dinheiro, em prazo que, em verdade, todos compreendiam como justificável ante a necessidade de tramitação administrativa. Assim se fazia desde os tempos da antiga lei de acidentes do trabalho, ao tempo do seguro privado, ou seja, o histórico Decreto-Lei nº 7.036, de 10.11.1944, com a incorporação do seguro de acidentes do trabalho à seguridade social, as Leis nºs 5.316, de 14.9.1967 e o Decreto-Lei nº 893, de 26.9.1969, prosseguiu o sistema de depósito direto, mediante intimação judicial por mandado, e inimaginável o precatório, para casos em que, afinal de contas, o dano físico significa despojamento do patrimônio laborativo essencial do ser humano, que é parte de seu corpo – matéria em que qualquer procrastinação sabe, ao menos, à mais insensível crueldade.

Nesse âmbito dos ofícios requisitórios, tinha-se, no geral, a satisfação do credor da Fazenda Pública em curto espaço de tempo, geralmente dentro do ano do exercício fiscal seguinte, de maneira que quem possuía crédito judicial a receber da Administração sabia que o depósito ingressaria nos autos no ano subsequente à 1º de julho, data fatal para o ingresso dos, relembre-se “ofícios requisitórios”. Os tribunais, nesse sistema, controlavam precipuamente a ordem cronológica, postos à parte raros casos em que o depósito a grandes condenações se retardavam (no Estado de São Paulo, históricos os casos de depósito da condenação decorrente da encampação da Companhia Paulista das Estradas de Ferro, da criação da FEPASA e uma histórica desapropriação de área de terras de grandes dimensões do Município de Palmital).

**6. Requisitórios automaticamente reajustáveis.** - Em virtude da agudização do fenômeno inflacionário, começaram os problemas de requisições complementares, à luz de novos cálculos, de maneira que, realizado o depósito, surgia a necessidade de elaboração de nova conta e de expedição, posteriormente à sua homologação, do chamado requisitório complementar.<sup>7</sup>

Esses requisitórios complementares, ante o acúmulo de correção da inflação no decorrer do ano exigido para o depósito, passaram a constituir o início do problema da chamada eternização das execuções contra a Fazenda Pública.

---

7 O termo requisitório complementar é, na ótica das presentes considerações, adequado, ao passo que imprópria a expressão precatório complementar, visto que o precatório, como alerta à administração para reservar verba no orçamento para pagar, é único, pois a reserva deve ser do valor efetivo, que abrange a correção, a qual, relembre-se a frase clássica, não é um *plus*, que se acrescenta ao valor, mas o próprio valor recomposto diante da desvalorização inflacionária, de maneira que, a rigor, o precatório é expedido no valor total, incluindo correção, para que se faça o depósito integral, corrigido à data do depósito, e donde se segue que, se não realizado o depósito no valor corrigido, não é depósito integral, sendo, portanto, necessária a requisição complementar, para satisfação do precatório apenas parcialmente adimplido, e não cabendo falar em um assistemático pretenso “precatório complementar”.

Nesse contexto é que surgiu, então, a orientação jurisprudencial de requisição automaticamente reajustável<sup>8</sup>, pela qual, ao realizar o depósito, a Fazenda Pública o fazia em valor atualizado à data do depósito, segundo critérios claros estabelecidos pelos tribunais e constantes mesmo, de formulários impressos,<sup>9</sup> para que, à moda do que ocorre com o recolhimento de tributos, uma vez pago atualizado o valor da condenação, pudesse o Judiciário julgar extintos os processos de execução pela satisfação da condenação (art. 794, I do CPC), arquivando – o que hoje em dia é impensável – o processo, ou, permita-se a metáfora, sepultando-o, para não mais ressuscitar!

**7. Código de Processo Civil de 1973.** – O Código de Processo Civil de 1973, levando a doutrina de Liebman a extremos talvez nem mesmo imaginados pelo grande doutrinador, e na ânsia de submeter o processo de execução a único sistema padronizado – sem consideração, *data venia*, da diferente etiologia que distingue as execuções por título extra judicial e por título judicial e, nestas, das diversas exigências instrumentais entre as execuções contra particulares e execuções contra o Poder Público – igualou o início do processo de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública à execução por quantia certa contra particulares e, diferentemente do que constava do artigo do Código de Processo de 1939, dispôs que nessa execução “citar-se-á” (*sic*) “a devedora”, isto é, a Fazenda Pública já antes citada e que, relembre-se, já é o mesmo Estado, como o é o Juízo, e, pior, “para opor embargos em 10 (dez) dias”, nem mesmo dizendo que, primeiramente, “para pagar” e só embargar no caso de contrariedade ao débito!

O art. 730 do Código de Processo Civil e, posteriormente, o art. 100 da Constituição Federal desfizeram a congruência das relações entre os poderes do Estado decorrentes da teoria da separação interdependente dos poderes, pela qual ao Estado, enquanto Administração, não se reservava espaço para protelar a execução do julgado pelo próprio Estado, enquanto jurisdição, em atividade substitutiva. E daí para a frente desencadeou-se, incontrolavelmente, a repercussão recíproca de conseqüências paralisantes da satisfação do credor da Fazenda Pública, repercussão essa derivada da combinação de normas processuais já individualmente geradoras da demora e com outras produtoras de incontável número de decisões judiciais incidentais recoráveis. Quer dizer, geradoras de recursos, todos paralisantes ante a suspensividade prática de efeitos, da longa caminhada que hoje em dia vai da condenação da Fazenda Pública a pagar até o depósito – que, rememore-se, sempre será parcial, seja porque a correção monetária faz deixar resto para outros requisitórios, seja ante o parcelamento constitucional por oito anos (CF, ADCT, art. 33), seguido de outro parcelamento também constitucional por

8 Sobre precatório automaticamente reajustável, ver, do autor deste trabalho, “Requisições Automaticamente Reajustáveis à Fazenda Pública”, RJTJ/ESP 84/15, RI<sup>2</sup> 290/479 e “O Estado de S. Paulo”, 22.6.80.

9 Em São Paulo, os formulários, que se vem ainda em alguns processos, foram elaborados, com o Departamento de Precatórios do Tribunal, pelo Dcs. Sabino Neto e pelo autor deste escrito. Tinham a imensa vantagem de tornar transparente o sistema de contas e de repercussão das verbas componentes da condenação, facilitando o julgamento e a detecção de erros antes ocorrentes, muitas vezes em detrimento do Poder Público. Com o surgimento da informática, seria facilímo, e utilíssimo, na atualidade, reger a matéria, padronizando cálculos em nível nacional, com o que se esvaziaria grande parte da dissensão a respeito das contas vindas nas plúrimas memórias de cálculo e suas impugnações (no sistema do atual art. 604 do CPC).

10 anos (CF, ADCT, art. 78) aberta, incontrolavelmente, a discussão processual incidental de verbas de precatórios já em execução<sup>10</sup>!

**8. Constituição de 1988.-** A Constituição de 1988 dispôs sobre a matéria, definitivizou o sistema complicado de financiamento e inaugurou o expediente litigioso de parcelamentos, que vem a tornar praticamente inextinguível a execução contra a Fazenda Pública.

A Constituição de 1988, dispondo para execuções futuras, passou a exigir o precatório judicial em todos os casos, sem exceções (CF/88, art. 100), atingindo, inclusive, os casos de acidentes de trabalho. E, atingindo os casos passados, isto é, débitos de condenações já proferidas contra a Fazenda Pública, inaugurou o sistema do pagamento em prestações anuais (CF/88- ADCT, art. 33)<sup>11</sup>.

**9. Nova citação da Fazenda Pública.-** A exigência do precatório, sem distinguir entre requisição inicial e requisição complementar, prestigiou o vicejar de interpretação processual mais estrita e, entretanto, absolutamente paralisante do disposto na lei processual (art. 730 do CPC), passando-se a exigir a citação formal da Fazenda Pública para o processo de execução, como ocorria antes com o devedor particular, levada ao paroxismo a clássica teorização da ciência processual peninsular, extraída da pureza da execução no processo longobardo, tão distante de nossas tradições processuais, no sentido de que, sendo o processo de execução autônomo, diferente e separado do processo de conhecimento, nova relação jurídica processual, teria de instaurar-se com nova citação da Fazenda Pública, dando-lhe direito de defender-se por embargos de devedor.

Dá à eliminação da execução por cálculo do contador, que, postas de lado demoras de Contadores Judiciais que uma boa corregedoria cartorária sempre resolveu, gerou, contudo, na prática, numerosos problemas para a fluidez processual e para a satisfação do credor da Fazenda Pública, pois o que antes se resumia nos cálculos do contador, impugnação da conta e homologação, para expedição do requisitório, passou a exigir a apresentação da memória de cálculo pela parte e, no caso de discordância, um novo processo, o de Embargos à Execução, reiniciando-se a caminhada recursal.

**10. Supressão da liquidação por cálculo do contador.-** Com efeito, aprofunda-se a complexização do sistema ante a alteração do art. 604 do CPC, realizada pela reforma processual de 1994<sup>12</sup>

10 Veja-se o texto do art. 78 do ADCT CF/1988, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/2000: "Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorreram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos".

11 CF/1988, art. 33: "Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição. Parágrafo único – Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento". A par dos efeitos nocivos sobre os processos judiciais, prolongados por, pelo menos, oito anos, decorrentes do *caput* do dispositivo, um típico efeito perverso da boa intenção resultou do parágrafo, consistente no episódio conhecido como "Escândalo dos Precatórios".

12 Cf., no caso, Lei nº 8898/94 de 29.6.1994.

Como se disse, desaparecendo a liquidação por cálculo do contador, deixaram as contas de ser feitas pelo contador judicial, em procedimento simples e padronizável pelos tribunais,<sup>13</sup> passando a ser realizadas por memória de cálculo oferecida pelo exequente e não padronizável pelo tribunal porque ao gosto de cada exequente, do escritório de advocacia ou do assessoramento contábil contratado.

Tornou-se muito mais difícil o controle dessas contas, inclusive do ponto de vista de visualização, de detecção *ito oculi* de incorreções. Aumentou, sem dúvida, a dificuldade de análise pelo julgador e acentuou-se o risco de erro no julgamento dos valores envolvidos, com o temor do erro a assombrar as mesas de trabalho dos juízes — e a levar, em alguns casos, por previsível lei da escolha, em um mar de processos, à primazia de processos menos complexos, restando, portanto, as grandes dissensões sobre contas para momentos ulteriores, incentivada a inevitável demora.

**11. Embargos à execução .-** Ademais, em função da extinção da liquidação por cálculo do contador, em prol da execução mediante memória do cálculo elaborado pelo credor, implantou-se a bipartição dos autos, mediante o surgimento dos novos autos de Embargos da Fazenda devedora, formando apenas, ou seja, produzindo-se o um milagre nefasto, a contrapor-se aos benfazejos milagres clássicos, ou seja, o milagre da multiplicação dos autos, que passaram a ser dois, quando, em verdade, um só já era bastante, porque, afinal de contas, uma, e apenas uma, a pretensão de cobrança deduzida na petição inicial.

Dessa multiplicação dos autos por intermédio da geração endoprocessual espontânea de embargos do devedor decorreu, inclusive, significativa consequência entrópica para o sistema de trabalho, isto é, a dificuldade de harmonizar na mente dos leitores dos autos — juízes, advogados e funcionários — os dados extraídos de dois processos, perdida, ademais, a regra simples do intelecto humano que é a ordem cronológica dos maços de papéis que são os cadernos dos autos — porque passou a ser necessário ler e examinar a todo tempo dois processos saltando de um para o outro, alternadamente, com maior possibilidade de erro.

**12. Precatórios alimentares e de pequeno valor.-** Seguiram-se, ainda, outros fatores de complexização da execução da Fazenda Pública, esses outros decorrentes de alterações relativamente recentes nas normas constitucionais (introdução dos conceitos de precatório alimentar e de precatório de pequeno valor<sup>14</sup> e alteração da Lei das Desapropriações,<sup>15</sup> especialmente no tocante à incidência e percentual de juros compensatórios e moratórios, com o possível, mas hipotético, porque apenas no caso de o depósito realizar-se dentro do ano, o que não é da prática do precatório, congelamento até o exercício seguinte,<sup>16</sup> e limita-

---

13 A padronização por formulários processuais é comum no direito estrangeiro, instituída em alguns casos em caráter nacional como, por exemplo, a petição inicial do processo monitorio alemão (Mahnverfahren), para o qual foi introduzido o processamento mecânico, mediante formulário elaborado pelo oficial (§ 703c do Zivilprozeßordnung mit).

14 Par. 1º e 3º do art. 100 da CF/88, com a redação da Emenda Constitucional nº 20/2000

15 Decreto-Lei nº 3.365/41, de 21.6.1941

16 Decreto-Lei nº 3.365/41, de 21.6.1941, arts. 15-A, e 15-B, acrescentados pela Medida Provisória 2.183-56/01, de 24.8.2001



ção a honorários a 5%, com o máximo de R\$ 151.000.00 e atualização a 1º de janeiro de cada ano<sup>17</sup>).

Essas alterações tiveram o efeito de fornecer argumentos para a rediscussão de valores que já se encontravam absolutamente consolidados nos precatórios em cumprimento, espalhando dissensões pelas requisições complementares, as quais, pela repercussão recíproca das questões atinentes às verbas, vieram a formar denso campo de questionamento, em que cada decisão encerra, realmente, um grande risco de erro.

E quanto aos parcelamentos constitucionais já referidos,<sup>18</sup> além da quase eternização das execuções, a tornar comum a sucessão do exequente por herdeiros, pois numerosos os credores, na faixa etária da litigância contra o Estado atingidos por alongamentos de oito e de dez anos, tem-se que o renascer da oportunidade de questionamento a cada parcelamento, diante das demais alterações referidas (atinentes a correção, juros, honorários e suas repercussões recíprocas), gera, no processo, que é o que nos interessa, algo à moda do clássico *motu perpetuo*, em que as questões incidentais se alimentam das questões incidentais e seus recursos, com longa procrastinação do fato para o qual o processo começou, que é o recebimento pelo credor da Fazenda Pública.

**13. Repercussão recíproca das verbas.-** Consignem-se, apenas para enunciar o caráter absolutamente dispersivo e incontrolável da repercussão interdependente de teses jurídicas atinentes a cada uma das verbas concorrentes de verdadeiro feixe de direitos contido em cada precatório judicial e nas infundáveis requisições complementares as seguintes questões e provas: **a)** definição dos índices de correção monetária; **b)** fluência ou não de juros compensatórios; **c)** percentual dos juros compensatórios, caso existentes; **d)** fluência de juros moratórios e de juros compensatórios após o parcelamento do parcelamento da EC nº 30, de 13.9.2000; **e)** limitação do valor dos honorários advocatícios e sua incidência sobre as verbas anteriores; **f)** ocorrência de prescrição ante a demora do depósito no caso de o credor, de boa-fé, aguardar que a Fazenda realize o depósito; **g)** discussão a respeito de a repercussão das verbas entre si significar ou não anatocismo ou incidência de juros compostos; **h)** parcelamento dos precatórios em débitos de pequeno valor, que dão prosseguimento, agora à já referida atividade milagreira de multiplicação dos processos, porque em casos, digamos, de um único processo de trinta autores em litisconsórcio facultativo, o que é comum em se tratando de ações movidas por servidores públicos, desmembram-se eles em 30 precatórios, ante o privilégio do pequeno valor, com 30 contas e repercussões internas da verbas; **i)** parcelamento dos precatórios ante a pretensão ao recebimento privilegiado de honorários advocatícios, dada a natureza alimentar da verba.

**14. Liberdade de imposição da demora incidental.-** Um importantíssimo aspecto nessa matéria, como, de resto, em todo sistema processual, deve ser, como se vê, enfatizado. A demora resulta muitas vezes da criação de questões incidentais, que exigem solução motivada e permitem interposição de recursos in-

17 Decreto-Lei nº 3.365/41, de 21.6.1941, art. 27, §§ 1º e 4º, com a redação da Medida Provisória nº 2.183-56/01, de 24.8.2001.

18 ADCT CF/1988, arts. 33 e 78, este com a redação da Emenda Constitucional nº 20/2000.

cidentais, que vão até os Tribunais Superiores do Sistema Federativo em Brasília. A Administração usa largamente dessa faculdade de impor, por sua exclusiva decisão unilateral sem ônus, a demora, ante a orientação de recorrer sempre, inclusive diante de teses já tornadas pacíficas em seu detrimento.

Essa demora incidental desempenha papel importantíssimo na demora do sistema judiciário brasileiro, bastando ver que, ainda que se saiba que a parte, que cria o incidente de retardamento, vá perder, desencadeia ela a necessidade de mais um julgamento, formalizado da mesma forma que o seria se ganhasse, obrigando à movimentação de processos, intimações, produção de escritos, registros e esgotamento de recursos.

É ilusório, nesse ponto, dizer que as questões sejam simples, porque idênticas ou semelhantes, visto que, para a formalização do julgamento de questões simples é necessário o mesmo trabalho material que para o julgamento de questões complexas – e, por vezes, até é mais dificultoso o trabalho, ante o perigo maior da decisão de questões semelhantes, que facilmente levam à confusão e ao erro, devido a detalhes acessórios, mormente datas, correção monetária, juros e honorários – detalhes que, como se viu acima, também sofrem, cada um, da dispersão despadronizadora gerada pela constante mudança legislativa.

**15. Reflexo judiciário de alterações futuras.** – As presentes considerações restringem-se ao aspecto processual da execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, nessa sofrida fase do império dos precatórios inadimplidos.

Não se ignora que a geração de muitos dos problemas processuais ora apontados deve-se, em grande parte, à insuficiência de recursos financeiros por parte da Fazenda Pública devedora, fato que influencia a legislação no sentido da criação de expedientes procrastinatórios.<sup>19</sup>

Compreenda-se que este escrito, apontando a nocividade do sistema constitucional processual, apenas realiza constatações. Não busca indicar soluções para a questão de recursos financeiros, limitando-se exclusivamente aos aspectos processuais e visando apenas à demonstração de que, por medidas legislativas altamente negativas para a fluidez dos processos, tornou-se verdadeiramente inviabilizado o sistema processual de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública.

Consigne-se, contudo, que, no âmbito puramente processual, há vários caminhos para melhorar, e muito, o sistema, alimpando a execução contra a Fazenda Pública de incidentes inúteis e construindo sistema de grande efetividade, e, portanto, de maior justiça. A experiência nacional e internacional têm muito a recomendar nessa matéria. Mas esse é assunto para outro escrito e para intensa atividade concreta de campo – se o futuro o permitir.<sup>20</sup>

19 O exemplo da procrastinação legal está nos parcelamentos, realizada sob a alta dignidade constitucional (ADCT CF/1988, arts. 33 e 78). Curioso, nesse ponto, o fenômeno do direcionamento da crítica à “demora judiciária”, que, nesse caso, significa pura e simples observância de textos expressos da Constituição Federal, que o mais cêlere dos Juízos é obrigado a respeitar.

20 Este escrito é produzido em momento em que o autor acaba de receber como Relator a distribuição extraordinária de mais cerca de 1.300 processos, que aguardavam distribuição na Secretaria do Tribunal, sem prejuízo do recebimento normal de cerca de uma centena de processos novos como Relator por mês!

Seja qual for o sistema que se venha a tentar, será importante que contenha disposição que ponha ponto final nos processos, ou seja, que o sistema estabeleça forma pela qual um dia se liquidem valores atualizados ao dia do depósito, para que o Juízo possa por fim ao processo de execução,<sup>21</sup> determinando a ida do processo ao arquivo, e para sempre.

**16. O “Mito de Sísifo”.**- Visa este escrito a alertar no sentido de que a busca de soluções para a questão financeira não deve passar pela mal disfarçada procrastinação da satisfação de direitos via geração de dificuldades processuais que levem à demora judiciária como forma de adiamento de pagamento de dívidas. Que as tentativas de solução futuras não venham a repetir experiências gravosas para o Poder Judiciário, ou, por outras palavras, que não se resolva a insolvência administrativa transferindo-a ao já extremamente sobrecarregado Judiciário.

Porque, no sistema atual dos precatórios, em que tanto trabalho se exige das partes, advogados, juízes e servidores da Justiça, pode-se ver a representação de Sísifo, condenado por Hades à tarefa de carregar pesada pedra ao cume da montanha para, em seguida, vê-la deslizar ao vale, de onde novamente obrigado a transportá-la ao alto, em inútil labor de eterno suplício.

---

21 CPC, art. 794, I.